PORTARIA N° 19/2022

Publicada em 3/10/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR nº 2846, p. 54.

Procedimento de Apuração Preliminar n° 17/2022

CONSIDERANDO a Instrução de Serviço n° 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;

CONSIDERANDO o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;

CONSIDERANDO as informações relevantes contidas na Notícia de Fato n° 25/2022 que apontam para possível irregularidade na concessão de isenção de IPTU pelo Município de Mandaguari;

RESOLVE:

I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar - PAP n° 17/2022, no intuito de verificar a ocorrência de irregularidade na concessão de isenção de IPTU pelo Município de Mandaguari.

II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço n° 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive, solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação, resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.

III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.

Publique-se, registre-se e autue-se.

Curitiba, 29 de setembro de 2022

Valéria Borba
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS

AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.Y11A.EBF9.NCMC